



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO  
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA  
BELÉM – PARÁ – BRASIL  
04 a 07 de novembro de 2015  
ISSN 978-85-89097-68-0**

**ENSINO DA MATEMÁTICA NA ESCOLA ALAGOANA DO SÉCULO  
XX: O currículo e os métodos de ensino nas escolas primárias  
e no Liceu Alagoano**

**Edlene Cavalcanti Santos<sup>540</sup>  
Elizabete Pereira Fernandes<sup>541</sup>  
Mercedes Carvalho<sup>542</sup>**

**RESUMO**

Apresentamos neste artigo um recorte de duas pesquisas em andamento no GPEM –(Grupo de Pesquisa em Educação Matemática) do PPGE-UFAL, na área da História da Educação Matemática a partir de uma perspectiva histórica abordada no desenvolvimento desses estudos, e objetiva refletir a origem, a organização e o processo de estruturação do ensino de Matemática nos cursos primário e secundário em Alagoas, entre 1930 a 1970, especialmente a partir da criação do Liceu Alagoano. Para esclarecer tal afirmação, o artigo organiza-se em dois momentos principais, além das considerações; no primeiro, visa investigar a evolução do ensino primário e secundário (da 1ª série do 1º Grau, até 3ª série do 2º Grau), com ênfase na disciplina de Matemática; no segundo, refletir historicamente a origem, a organização e o processo de estruturação do ensino de Matemática nos cursos primário e secundário em Alagoas, entre 1930 a 1970, com reflexões sobre o currículo e os métodos de ensino nas escolas primárias e no Liceu Alagoano. Para tanto, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica, complementada pela metodologia histórico-documental, viabilizada por meio de teóricos, documentos oficiais e revistas de ensino.

**Palavras-chave:** Matemática. Ensino Primário. Liceu Alagoano

<sup>540</sup> Doutoranda pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL.  
E-mail: edlenecavalcanti@hotmail.com

<sup>541</sup> Mestranda pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL.  
E-mail: elizabete050384@hotmail.com

<sup>542</sup> Docente da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: mbettacs@uol.com.br

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo é parte integrante das pesquisas em andamento no Grupo de Pesquisa em Educação Matemática (GPEM) - História da Educação Matemática da Universidade Federal de Alagoas e objetiva resgatar a origem e a organização do ensino de Matemática no curso primário e secundário, com ênfase no Liceu Alagoano e nas escolas primárias de Maceió. Depreendemos das recentes pesquisas sobre a História do Ensino da Matemática sinais que indicam que esses estudos podem favorecer a compreensão e possibilitar a superação dos problemas do ensino e da aprendizagem dos conteúdos matemáticos.

Certamente, os conteúdos matemáticos ministrados pelos professores sofreram modificações ao longo do tempo e por isso entendemos que, ao nos debruçarmos na legislação de ensino, no currículo de Matemática, na formação dos professores com a intenção de compreender como foi forjado o ensino da Matemática na escola nos possibilita refletir sobre a permanência ou a exclusão de determinados conteúdos programáticos e, também, observar como esses conteúdos eram propostos.

A base metodológica que tem norteado as investigações tem sido a pesquisa bibliográfica, complementada pela metodologia histórico-documental, viabilizada por meio de teóricos, documentos oficiais e revistas de ensino.

Neste trabalho procuramos apresentar as influências das reformas do ensino primário e secundário e suas repercussões nos programas de Matemática além de focalizar o Liceu de Alagoas que representou, por várias décadas, modelo de instrução alagoana.

## **O ENSINO ALAGOANO NO SÉCULO XIX**

### **O curso primário**

Com a Constituição de 25 de Maio de 1825 houve mudanças na educação nacional, pois possibilitou às províncias a autonomia para regulamentarem o ensino primário, de acordo com Costa (1931). Portanto, coube às províncias o ensino primário e secundário e ao Império o ensino superior. Observa-se que essa característica se mantém, atualmente, na Lei de Diretrizes e Bases Nacional 5692/96, em que a educação básica é de responsabilidade do município e estado e a educação superior de responsabilidade da

União. Com a Reforma Constitucional de 1884 ficou estabelecido que caberia às assembleias provinciais legislar sobre o ensino público, ou seja, coube à essas assembleias legislar, orientar e programar, organizar o ensino público, principalmente o curso primário, fato que, nas palavras de Costa (1931. p.7), constituiu-se em um problema para as províncias devido a alta competição partidária, sem continuidade administrativa, desaparelhadas de recursos financeiros, nas quais, “o ensino primário entrou pelo caminho do abandono”.

Alagoas do século XIX tinha uma economia assentada na monocultura da cana-de-açúcar e na escravidão, cenário que refletiu na educação alagoana e quando foi instalada a Assembleia Legislativa da Província em 1835, focalizaram esforços no ensino secundário, instituindo no currículo, desse segmento de ensino, aula de filosofia e francês desconsiderando as necessidades urgentes do curso primário. Para Correia (2011, p.79) a educação pública alagoana era “inadequada, deplorável, deficiente e a cargo de professores sem qualificação para o magistério”, ou seja, uma época em que não havia por parte das autoridades alagoanas preocupação com a organização do ensino Público e nesse contexto Costa (1931) destaca a figura de Silva Titara que foi o primeiro diretor da Instrução Pública em Alagoas, lutou pela educação pública do Estado buscando novos rumos e combatendo a incapacidade do magistério e a burocratização do campo educacional sob o escudo da politicagem.

Em 1836 a Resolução n. 21, de 9 de março, sancionada pelo presidente Antonio Joaquim Moura regulariza o funcionamento das escolas de primeiras letras, contudo essa providência não muda a situação do ensino primário que permaneceu no “desamparo governamental”.

“Parece que não atuava nos ânimos da então conveniência pública e somente o mau entendimento espírito de bem-fazer a quem não era apropriado para o ensino público, contanto que se visse na vitalidade do emprego, a perpetuidade do pão para esse ou aquele desvalido. O magistério era como o anteposto da infelicidade e da miséria” (TITARA apud COSTA, 1931, p.8).

De acordo com Costa (1931) a referida Resolução, bem como sua regulamentação por Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 21 de Outubro do mesmo ano não tratou dos métodos de ensino, apenas dos conteúdos a serem estudados em cada ano, informações sobre a matrícula, aconselhamento para os professores, designação das horas aulas e o tempo de férias. Para o autor era muito contraditório porque os professores não tinham

formação adequada ou nenhuma formação para o exercício da docência. Dessa forma o ensino na escola alagoana se mostrava desordenado.

Portanto, nesse estado, em que não havia preocupação das autoridades com a instrução pública os esforços de Silva Titara eram sinal de esperança de melhoria para instrução pública, porque esse educador buscava viabilizar novos métodos de ensino no Estado e apresentou em um relatório à presidência em 1857 novidades sobre o método *leitura repentina* de Antônio Feliciano Castilho que estava sendo estudado na capital e para estudá-lo no Rio de Janeiro o governo comissionou o professor João Francisco Soares (COSTA, 1931). Contudo, em Alagoas pouco se investia em mudanças no ensino e as que vinham, mesmo que positivas, não eram acolhidas, algo infelizmente, ainda muito presente no estado.

“O próprio Castilho viera ao Rio mostrar como se praticava o seu processo de leitura. Entretanto, quanto á sua eficiência pedagógica, foi acolhido como ceticismo. Em Alagoas foi ele combatido pelo ilustre pedagogo Jose Alexandre Passos, que foi também um filólogo insigne. Além do professor Soares creu que ninguém o praticou com perfeição. Todavia propagou-se um pouco, aceitando-o os professores menos roneiros e capazes de admitir inovações”

(CRAVEIRO COSTA, 1931, p. 14).

Entretanto, apesar dos relatórios dos diretores de ensino que denunciavam a situação precária do ensino primário no Estado e das muitas reformas formuladas o quadro que estava posto não mudava, principalmente porque estas propostas eram superficiais externas a realidade da população. A qualidade do ensino ficava a critério do professorado que era mal remunerado e despreparado para a execução das atividades docentes. O governo, nesse caus, apenas criava escolas e nomeava professores “de acordo com o desejo dos chefes políticos” (COSTA, 1931, p.19) e a cargo dos professores os métodos de ensino, a fiscalização pedagógica e a eficiência educacional, como se fosse possível para eles assumirem todas as demandas educacionais.

“Entretanto não faltavam leis, programas e reformas. O professor primário, pessimamente remunerado, era um servo da política, constantemente de Herodes para Pilatos e dessa sua condição miseranda vingava-se descurando o ministério e palmatoando a petizada”

(COSTA, 1931, p. 18).

Esse quadro se manteve por muito tempo na educação alagoana e mesmo com algumas reformas propostas para o ensino que sinalizavam para a sua melhoria acabavam não se concretizando “pois o filhotismo sempre anulava os melhores propósitos” (COSTA,

1931, p.21) e essas reformas, que na prática não promoviam nenhuma mudança, eram constantes. Diante deste quadro depreende-se que o ensino primário de Alagoas oferecido para a classe popular, ao longo da história, passou por várias dificuldades. Não havia recurso destinado exclusivamente à educação, nenhuma estrutura física e pedagógica e “entrou pelo caminho do abandono” (VERÇOSA, 2001, p. 8).

Assim como Carvalho, Correia e Pimentel (2014) também depreendemos desse currículo proposto ao ensino primário que:

além da educação de caráter elitista dessa época, os professores também não tinham formação adequada e os conteúdos matemáticos estavam secundarizados no currículo da escola e, possivelmente, pode estar neste fato histórico à raiz dos baixos índices da aprendizagem Matemática do alunado alagoano.(CARVALHO, CORREIA, PIMENTEL, 2014, p.10)

## **O LICEU ALAGOANO**

Para focalizar o ensino da Matemática nas escolas secundárias em Alagoas, especialmente no Liceu Provincial, iniciaremos relatando um pouco da sua trajetória, do funcionamento em Maceió, como primeira instituição fundada com o objetivo de preparar a elite masculina para o ensino superior, cuja fundação se deu em 1849. Poucos estudos têm sido feitos sobre a instituição, apesar de sua importância tanto para a formação das elites dirigentes locais, como também pela responsabilidade que lhe cabia com relação aos demais níveis de ensino da Província. Dos estudos sobre o Liceu de Alagoas, destacamos a obra de Abelardo Duarte, História do Liceu Alagoano (1961), que focaliza a trajetória da instituição desde sua criação até 1963. Outro estudo realizado sobre o Liceu, ainda de menor proporção, é o de Craveiro Costa em Instrução pública e instituições culturais de Alagoas, publicado originalmente pela Imprensa Oficial do Estado de Alagoas em 1931. Parte do texto foi reeditada na obra organizada por Élcio de Gusmão Verçosa, Caminhos da Educação em Alagoas – da Colônia aos dias atuais (2001). A relevância em resgatar a história do Liceu de Alagoas fundamenta-se, como dissemos, na importância da instituição como formadora de uma elite pensante que terá influência decisiva nos demais níveis de ensino, além daquele de natureza privada. Os professores do Liceu eram intelectuais que ocupavam cargos de prestígio, como Diretor Geral da Instrução Pública, e era responsabilidades deles também elaboradas a legislação que organizaria o sistema de

ensino na província. Tais professores, além de legisladores selecionavam os conteúdos escolares, por meio da adoção de obras didáticas por eles também elaboravam além da seleção de professores para o ensino primário. Alguns deles também eram donos de colégios particulares a exemplo, o professor Bernardo Pereira do Carmo Júnior, dono do Colégio São Bernardo. Os mesmos professores do Liceu ensinavam na escola Normal e lá ordenavam o conteúdo de ensino e os critérios para seleção de alunos e professores.

Os cursos administrados no Liceu foram: Curso Geral, Curso Preparatório, Curso Normal, Curso Comercial, Curso Complementar, Curso de Agrimensura, Curso de Ciências e Letras. O curso preparatório planejado com a finalidade de “habilitar à matrícula dos cursos superiores da República” com as seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Aritmética e Álgebra Elementar, Geometria e Trigonometria, Física e Química, História Natural, Geografia Geral e Corografia do Brasil, especialmente do Estado de Alagoas, História Universal e Particular do Brasil. Estas cadeiras foram distribuídas em cinco séries ou anos de sua duração. O primeiro diretor foi Dr. José Próspero Jeová da Silva Coroatá (DUARTE, 1961, p. 101-104).

O funcionamento do Liceu foi alojado “num prédio antigo” na praça da matriz, nessa primeira etapa, o Liceu chegou a registrar no ano de 1855, mais de 200 alunos, em 1859, 144 alunos. O grande motivo desse decréscimo no número de matriculados foi, porém, a epidemia do cólera-moubus que devastou a Província, abatendo parte da população. Naquele ano as aulas começaram no dia 10 de março (DUARTE, 1961, p. 37). Os mestres oriundos do segmento da sociedade já possuíam curso superior. Os professores eram padres, magistrados, médicos, engenheiros formados no Rio de Janeiro, Minas, na Bahia ou em Portugal.

A fundação da Escola Normal (1869) é fruto dos cursos preparatórios oferecidos pelo Liceu Alagoano. O curso normal tinha como objetivo preparar os professores para o ensino fundamental e as aulas de primeiras letras e não para formar os professores para o Liceu uma vez que parte do seu corpo docente era escolhido entre os homens considerados ilustres, pois possuíam curso superior.

É verdade que o ensino secundário, precedeu ao primário, como afirma Craveiro Costa, no entanto não se pode deixar de compreender que este fato, só foi possível porque historicamente no Brasil, o ensino secundário só se torna oficial a partir da Carta de 1827, (SILVA, 1969). Portanto, o ensino primário antecede o secundário. No entanto este estava reservado aos preceptores ou mesmo dos familiares, para as crianças das classes mais

abastadas. Em 1835 constavam na Província 5 aulas de latim, 2 de francês, 1 de retórica, 1 de filosofia e 1 de aritmética (COSTA, 1931, p. 31).

Existiam dez cadeiras de ensino secundário destinados aos rapazes ricos freqüentados, com um pouco mais de cem alunos. Neste período é criado em Penedo o Colégio Nossa Sra. da Conceição com quatro cadeiras. Segundo Craveiro Costa, somente as Províncias da Bahia e Pernambuco apresentavam maior número de alunos, no curso secundário, com relação à Alagoas (COSTA, 1931, p. 35).

Analisar o ensino secundário, em Alagoas, só é possível à luz das medidas do governo imperial, como se iniciaram o Liceu Alagoano e a Escola Normal, ou a partir das reformas do governo republicano que se instala, em 1889.

A reforma Benjamim Constant em 1890, baseada nos princípios que norteavam a república, a liberdade e a laicidade atingira de imediato o Liceu Alagoano e a Escola Normal. O ano letivo começa ordinariamente a 1º de fevereiro e termina em 30 de novembro. O curso geral dos estudos abrange, além da instrução religiosa obrigatória para todos, as diferentes matérias exigidas pelos programas da Instrução Pública.

A instrução secundária compreende as seguintes disciplinas: línguas latinas e gregas, língua e literatura Portuguesa, Francês, Inglês ou Alemão, geografia, história universal e pátria, matemática (aritmética, álgebra, geometria e trigonometria), física e química, história natural, etc. Música e Solfejo, curso completo de caligrafia, Francês teórico e prático; inglês teórico e prático.

Em 1937, com matrícula promissora nos cursos primário e médio, organizou-se um curso de admissão ao curso secundário. A verificação prévia foi pleiteada em 1938, conseguindo-se em 7 de novembro do mesmo ano a inspeção preliminar.

Pelo decreto no. 17.304, de 5 de dezembro de 1944, publicado no diário oficial da República do dia 18 do mesmo mês, foi concedido o reconhecimento sob regime de inspeção permanente ao curso ginásial e, pelo decreto no. 20.616 de 20 de fevereiro de 1945 foi-lhe autorizado funcionar como colégio com os cursos clássico e científico, sob o regime de inspeção preliminar.

A partir daí, o curso ginásial e o colegial contavam com professores idôneos e escolhidos entre os melhores que honravam o magistério alagoano. Uma boa parte deles ensinava não somente em outros estabelecimentos particulares da cidade como também nos colégios oficiais.

Os cursos oferecidos foram: o Jardim da Infância, o Pré-Primário, o Primário propriamente (4 anos), o Ginásio, o Colégio, e o Curso Pedagógico.

## **A MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS E NO LICEU ALAGOANO**

Analisando o início do processo de ensino primário em Alagoas é possível observar que a matemática não foi objeto de atenção durante muito tempo na história da educação no estado. Esse fato se evidencia nas descrições de Bastos (1939) sobre as primeiras aulas ministradas pelos frades franciscanos nos dois conventos construíram nas cidades de Marechal Deodoro e Penedo,

[...] aulas ministradas por esses frades eram as aulas de gramática, de latim, francês anunciadas pelos frades e ministradas aos filhos dos moradores da redondeza sem nenhum pagamento, absolutamente grátis. Os franciscanos foram úteis e marcaram o primeiro passo para a alfabetização dos alagoanos (BASTOS, 1939 p.09).

Podemos observar que não é feita menção ao ensino da Matemática nesse período. Mais tarde, quando o estado assume a responsabilidade do ensino, começam a serem formadas as escolas ou aulas de primeiras letras, porém segundo, relatos de Costa (1931) para ensinar nessas escolas não era necessária uma formação específica, mas sim apenas um conhecimento básico em algumas áreas, “bastava, para ser professor primário, que o candidato soubesse ler e escrever, fosse versado em doutrina cristã e um tanto destro nas quatro operações fundamentais da aritmética”(p.09).

Entretanto, o Art. 1º, do regulamento da escola primária de 1853 da província de Alagoas, indicava o ensino da Língua Materna, ensino religioso e o da Matemática com um destaque para conteúdos como; as quatro operações, noções de geometria, números inteiros e frações. Contudo o documento não trazia qualquer orientação metodológica que orientasse a prática docente.

[...] a leitura com as noções da Gramática da Língua Nacional, a escrita, com correção ortográfica e caligrafia; as regras elementares da aritmética; as quatro operações sobre números inteiros e frações, complexo e proporções; os sistemas mais usuais de peso e medidas; as noções de geometria; e o catecismo, focando as explicações sobre a Doutrina Cristã e seus rituais (CORREA, 2011, p. 83).



No ano de funcionamento da escola normal anexada ao Liceu Alagoano, Joaquim Jose de Araújo, diretor da escola, publicou o *Compêndio de Pedagogia Prática*, tomando como referência *O Curso Prático de Pedagogia do Diretor da Escola Normal Primária Francesa Mr. Daliguault*, traduzida para a Língua Portuguesa em 1869. De acordo com Madeira (2011), a obra é uma das poucas publicadas no período provincial marcada estritamente por um conteúdo pedagógico, é possível que esse documento tenha servido como base para a formação dos professores no curso primário até a década de 1930 quando enfim foi publicado o Programa de Ensino do Curso Primário.

No compêndio de pedagogia são feitas alusões ao ensino da matemática, bem como ao uso de recursos para facilitar a aprendizagem do aluno, dentre eles o Quadro Negro, que de acordo com a obra, deveria ser usado para fazer exercícios de desenho linear e cálculo aritmético, e um mapa com desenho dos padrões de peso e medidas do sistema métrico decimal. Dava-se uma atenção especial à matemática, descrita como ciência de contar e calcular, acreditando que seu estudo era capaz de regular o desenvolvimento da inteligência.

A sciencia de contar e calcular é considerada na ordem das matérias essenciaes, não só por ser indispensável a todos, qualquer que seja o genero de vida que adoptem, como porque de seu estudo resulta o regular desenvolvimento da intelligencia. Como materia essencial deve ser objecto de estudo diario para as crianças, d'esde que entrão para as escólas. Não podendo, porém, os principiantes estudar as taboadas e a arithmetica, para o que é indispensavelum certo desenvolvimento na leitura, se divide este ensino em duas partes: *Calculo verbal e calculo escripto* (ARAÚJO, 1886p. 18).

A partir do texto destacado, mais uma vez é possível perceber certa hierarquia no que se refere ao ensino da língua em relação à matemática, tendo em vista que só após está alfabetizada a criança vai estaria apta para o estudo da tabuada e da aritmética.

De acordo com o compendio, o ensino de método de contabilidade, que era o nome dado à matemática, se dividia em duas partes: Cálculo verbal e cálculo escrito. O objetivo do cálculo verbal era levar a criança a contar de 1 até 100 e memorizar as quatro operações, independente de conhecer ou não os algarismos escritos, para isso o professor devia valer-se das vantagens do contador mecânico de Pestalozzi que , conforme Araújo (1886), era um aparelho muito simples, consistindo em um recurso para o trabalho com números decimais que assemelhava-se com o ábaco, muito usado nas escolas atualmente.

Compõe-se este aparelho de um quadro de madeira, sem fundo, tendo dez fios de arame paralelos e transversalmente dispostos, contendo cada um dez esferas de madeira enfiadas com espaço bastante, para que possam mover-se, com facilidade, de um para outro lado.

Esse quadro deverá estar colocado sobre cavalete e em altura que permita às crianças distinguir bem as esferas e suas movimentos.

(ARAÚJO, 1886 p.18).

Esse mesmo recurso era usado para o trabalho com as quatro operações da aritmética e só após os alunos serem capazes de entender a composição e decomposição dos números é que de acordo com Araújo (1886) era conveniente que eles passassem a fazer exercícios abstratos. Ao dar essas instruções o autor destaca a importância do ensino do cálculo verbal com o auxílio do contador de Pestalozzi, principalmente por chamar a atenção dos alunos mais novos, contribuindo para que mais tarde eles pudessem compreender com facilidade o cálculo escrito.

Sobre o cálculo escrito, no compêndio, Araújo (1886) destaca que por ser essa parte de suma importância, deve ocupar a atenção do mestre e estar destinada apenas a alunos que tenham conseguido bastante desenvolvimento na leitura. O estudo deveria iniciar fazendo as crianças conhecerem os números e seus valores, unidade, dezena, centena, etc. Em seguida os alunos deveriam fazer leitura de números inteiros, entendendo logo ideias de frações ordinais e decimais, a fim de que fossem capazes de ler frações. É possível observar nas instruções do compêndio que as atividades e conteúdos deveriam gradativamente aumentar o nível de dificuldade com o intuito de garantir a compreensão dos alunos, exigindo do professor um acompanhamento contínuo e a busca por meios que garantissem o avanço do aluno.

Mais tarde, durante a década de 1930, especificamente em 1938 foi publicado o Almanaque da Instrução Pública do Estado de Alagoas que tinha como finalidade divulgar o Programa de Ensino para as Escolas Primárias e Jardim de infância das escolas de Alagoas, aprovado “em sessão de 6 de Novembro de 1937 a serem observados nas escolas primárias de Alagoas”(ALAGOAS, 1938 p. 3).

No programa para o trabalho com o ensino da matemática no Jardim de Infância era sugerido que os conceitos matemáticos fossem abordados a partir da manipulação de objetos e materiais concretos com o uso do aparelho de Montessori e de Froebel, porém para o Ensino Primário o Programa estabelecia apenas os conteúdos, sem muitas propostas de métodos para a abordagem das temáticas.

**Quadro 1 – Conteúdos matemáticos previstos no Programa para os 4 anos do Ensino Primário em Alagoas**

Série	Conteúdo matemático
1º ano	Contagem de objetos familiares ao aluno até 10, de 10 a 20 e progressivamente até 100. Ensino dos algarismos. Ensino das operações. Emprego dos sinais mais, menos e igualdade. A linha curva. Pequenos cálculos mentais e escritos sobre as operações de somar e diminuir. Cubo: estudo a vista desse sólido. Ideia de multiplicação e divisão. Estudo completo da carta de Paker. A linha reta e quebrada. Cópia e estudo das tabuadas. Ângulo e quadrado. O cilindro. Ideia de meio, terço, quarto, quinto, etc. A linha mista. Moedas. Comparação entre sólidos.
2º ano	Esfera, cubo e cilindro. As quatro operações e problemas sobre elas, números romanos formação de diversas unidades. Os números. Valores de zero. Linha reta, curva, mista, quebrada paralela, horizontal, vertical e inclinada. Quantidades. Multiplicar e dividir por 10, 100 e 1000. Ângulos. Triângulos. Quadriláteros. Sistemas de medidas. Moeda. Divisibilidade por 2, 3, 5 e ideia de meio, terço, quarto, quinto, etc.
3º ano	Revisão do segundo ano, problemas envolvendo as quatro operações e ampliação dos conteúdos vistos até então. Máximo divisor comum. Mínimo múltiplo Comum. Triângulos em geral. Quadriláteros em geral. Frações ordinais e decimais. Conhecimento prático de medidas do metro, do litro e do gramo.
4º ano	Revisão do que foi visto no 3º ano. Teoria dos números primos. Espaço, corpo, extensão e volume. Instrumentos usados no desenho. Estudo completo do sistema métrico. Sistema de complexos. Ponto. Linha. Ângulo. Medidas de Ângulos. Triângulos. Estudo de proporção. Regra de três simples Porcentagem. Quadriláteros e suas classificações. Juros simples. Polígonos. Circunferência e suas linhas. Quadrado e raiz quadrada. Círculos e suas partes. Medidas de arco e do ângulo. Relações entre circunferências e o diâmetro. Área dos polígonos e do círculo. Cubo e raiz cúbica. Poliedros. Corpos redondos. Volume dos sólidos.

**Fonte:** quadro elaborado a partir de informações copiladas do Programa de Ensino para as Escolas Primárias de Alagoas 1938.

No Programa de Ensino é possível perceber avanços no currículo do ensino primário em relação ao Compendio de Pedagogia Prática de 1886 e são apontados alguns métodos baseados no movimento de renovação do ensino da Escola Progressista, contudo as orientações dadas eram gerais, não traziam direções específicas para o ensino da matemática. O que se propunha de fato era um rol de conteúdos que o professor iria trabalhar de acordo com suas habilidades básicas.

Três anos depois, em 1964 foi elaborado um relatório da coordenadoria de ensino sobre as atividades do Programa de Melhoria do Ensino Primário no Estado de Alagoas. No qual descrevia demandas desenvolvidas no terceiro Semestre como a construção de um grupo escolar na capital com 10 salas, as atividades de orientação e supervisão de ensino e as atividades programadas com os professores para aperfeiçoamento do Magistério. Foram encontros agendados com os supervisores de ensino que percorreram o Estado ministrando formação continuada. Foram várias palestras envolvendo diferentes áreas do conhecimento

e é possível observar, no documento, que a ênfase das atividades recaia nas disciplinas de Língua Portuguesa e Estudos Sociais, além de ciências e Aritmética.

Dentre as temáticas abordadas nessas formações destacaram-se para o ensino da matemática “Como ensinar aritmética na escola primária” que visava o trabalho com a resolução de problemas matemáticos, sistema de numeração, etapas de contagem, leitura e escrita dos números, adição – fatores fundamentais e suas etapas, subtração, processos, fatos fundamentais e suas etapas, multiplicação - fatos fundamentais, processos e etapas. Contudo, no relatório não são localizadas informações sobre como de fato esses temas poderiam ser abordados ou quais aspectos deveriam ser priorizadas pelo professor na sala de aula.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percorrendo por fatos da história do ensino da Matemática no Brasil, e especialmente em Alagoas, percebemos que nenhuma reforma conseguiu dar conta do que se pensava poder alcançar. Programas “carregados” demais levavam a uma incompreensão devastadora dos conteúdos e também dos objetivos que se pretendiam atingir com tal ensino. Reformas feitas às pressas, “por poucas cabeças”, levavam alguns professores a publicarem severas críticas à qualidade de programas impostos de forma autoritária e sem preparação dos professores para tal empreendimento.

Pode-se, a partir das constatações aqui desenvolvidas, concluir que, embora preliminarmente o ensino primário e secundário em Alagoas, sobretudo na capital, é estruturado por grupos privados e de caráter confessional. A iniciativa pública se restringiu à fundação e manutenção do Liceu. Não fossem as congregações e sociedades particulares, o nível de expansão teria sido prejudicado. Outra questão faz necessário enfatizar é com relação à seletividade da clientela no ensino secundário. Era vedado o acesso a essas instituições, àqueles que não possuíssem o poder aquisitivo capaz de sustentar as caríssimas anuidades, o que revela, dado o caráter privado dessas instituições, que o ensino secundário em Alagoas esteve durante décadas com acesso exclusivo dos bem nascidos.

Em contra partida, o ensino primário, destinado às classes populares esteve durante décadas abandonado pelo poder público, funcionando em condições precárias, ministrado por professores sem qualquer instrução para o exercício da profissão e no que

tange ao ensino da matemática, que nunca teve uma atenção adequada, se dava a mercê dos professores sem qualquer orientação específica para os métodos de ensino. Só a partir de 1964, com o Programa de Melhoria do Ensino Primário no Estado de Alagoas começa-se a dar uma atenção para a formação matemática dos professores primários.

Quanto ao aspecto pedagógico, observa-se o caráter propedêutico e não profissionalizante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS, Almanaque do Ensino do Estado de. Alagoas, 1938. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114827>> Acessado em : 4 de abril de 2013.

ALAGOAS, **Programa de Melhoramento e Ampliação do Sistema de Educação Primária e Básica no Estado de Alagoas de 1963**. Disponível em; <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98965>> Acessado em: 4 de abril de 2013.

ARAÚJO, Joaquim José de. **Compendio de pedagogia prática** - para uso na Escola Normal de Maceió. Salvador: Tipografia dos Dois Mundos, 1886.

BASTOS, Humberto. **O desenvolvimento da Instrução Pública em Alagoas**. Maceió: Departamento Municipal de Estatística, 1939.

BRASIL, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>> acessado em: 15 de jul de 2014.

BRASIL. **Lei imperial de n. 40 de 3 de outubro de 1834**. Dispõe sobre o poder do presidente de província. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. (coleção de leis Império do Brasil do ano de 1834).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMPOS, Deraldo de Souza. **Relatório Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura**. ALAGOAS, 1961. Disponível em; <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98965>> Acessado em: 4 de abril de 2013.

CORREIA, M. S. **A educação popular no Brasil império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em alagoas (1870-1889)** Disponível em: <<http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/cea/aeducacaopopularnobrasilimperio.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e instituições culturais de Alagoas**. Monografia Escrita por Solicitação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Imprensa Oficial: Maceió, 1931.

**Decreto Nº 17.304, de 5 de dezembro de 1944**, publicado no diário oficial da República.

**Decreto de Nº 20.616 de 20 de fevereiro de 1945**, publicado no diário oficial da República.

DUARTE, Abelardo. **História do Liceu Alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. **Acréscimos e retificações à “história do Liceu Alagoano”**. Maceió: Imprensa Oficial, 1963.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **Recuperação de acervo bibliográfico de docentes alagoanos (1840-1960)**. Maceió, 2011

NUNES, Maria Thétis. **Ensino Secundário e sociedade brasileira**. São Cristóvão: UFS, 1999.

REPOSITÓRIO. História da Educação matemática. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>> acessado em: 13 de jul de 2015.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. **A idéia de uma educação brasileira e a Lei de 15 de outubro de 1827**. Educação. Brasília, v. 6, n. 24, p. 8-17, abr.-set. 1977.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Caminhos da Educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais**. Maceió/São Paulo: Catavento, 2001.